



Ministério Público da União
Ministério Público do Trabalho
Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região
Fortaleza – Ceará

Seleção para Estagiário - DIREITO - 2011.1 – 1º/abril

Caro(a) candidato(a):

Instruções:

- Serão avaliados conhecimentos técnicos específicos da atividade do estágio e, concomitantemente, correção da língua portuguesa, lógica e coerência dos argumentos em suas dimensões sintática, semântica e pragmática. Não serão aceitos argumentos construídos em bases ininteligíveis, nem incongruência conceitual ou solecismos linguísticos que dificultem a compreensão do texto ou que induzam a indeterminação cognitiva. Os argumentos justificatórios apresentados como base de asserções devem ser claros, estruturados e objetivos;
- A prova objetiva será composta de 20 (vinte) questões de múltipla escolha, valendo cada uma delas meio ponto, devendo o candidato assinalar apenas uma alternativa correta;
- A pontuação da prova objetiva será de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se apto o candidato que obtiver nota mínima de 5 (cinco) pontos;
- A prova subjetiva consistirá em duas questões discursivas focadas em pontos do programa, valendo cada uma 5 (cinco) pontos;
- A nota da prova discursiva será de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se apto o candidato que obtiver a pontuação mínima de 5 (cinco) pontos;
- A prova discursiva somente será corrigida se o candidato obtiver nota igual ou superior a 5 (cinco) pontos na prova objetiva;
- A nota final será a média aritmética entre os resultados das provas objetiva e subjetiva, sendo considerado aprovado o candidato com nota final igual ou superior a 5 (cinco) pontos na média geral;
- O gabarito das questões será divulgado em até cinco dias úteis após a realização do exame no sítio eletrônico da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região (www.prt7.mpt.gov.br);

Orientações:

- As respostas deverão ser formuladas em caneta, com tinta na cor azul ou preta. As respostas a lápis simplesmente serão desconsideradas;
- Não será permitida qualquer consulta à legislação, doutrina e jurisprudência;
- Não borre as folhas de respostas;
- Desligue o celular ou qualquer outro aparelho eletrônico;
- Observe o que se pede e responda. Na questão dissertativa, serão considerados os aspectos gramaticais, ortográficos e domínio da língua portuguesa, além do natural fundamento jurídico. A intelecção da questão faz parte do próprio certame;
- Duração da prova: 04 horas para ambas as provas.

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Assinale a alternativa incorreta:

- a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- b) É vedado aos membros do Ministério Público receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- c) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis e disponíveis.
- d) A Constituição Federal contempla expressamente, como função institucional do Ministério Público, a promoção do inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- e) As alternativas A e B estão corretas.

02. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho deverá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.
- b) Com o advento da Emenda Constitucional nº 45, as ações relativas às penalidades administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização das relações do trabalho passaram a ser julgadas pela Justiça do Trabalho.
- c) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- d) O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- e) As alternativas B e C estão corretas.

03. Assinale a alternativa incorreta:

- a) É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

- b) A proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito não se aplica ao menor emancipado civilmente, desde que tenha dezesseis anos completos e seja empregado, e em função do seu emprego tenha economia própria.
- c) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- d) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
- e) As alternativas A e D estão corretas.

04. Quando se diz caber a todos os componentes do poder judiciário o exercício do controle da compatibilidade vertical das normas da ordenação de um país, está se falando em:

- a) Controle constitucional difuso por meio de ação.
- b) Jurisdição constitucional concentrada por via de exceção.
- c) Jurisdição constitucional difusa, por via de exceção.
- d) Controle constitucional concentrado, por via de ação.
- e) Todas as respostas estão incorretas.

DIREITO CIVIL

05. Assinale a alternativa correta:

- a) O domicílio da pessoa jurídica é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- b) A liberdade de contratar não será exercida em razão e nos limites da função social do contrato.
- c) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto e assinado.
- d) Eticidade, operabilidade e socialidade são princípios regentes do novo código civil.
- e) Todas as respostas estão incorretas.

06. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens

particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

- b) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- c) O juiz poderá declarar a decadência quando convencionada pelas partes ou quando estabelecida por lei.
- d) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- e) A interrupção da prescrição pelo protesto cambial poderá ocorrer somente uma vez.

07. É incorreto afirmar:

- a) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- b) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, excluído o dano moral, comete ato ilícito.
- c) A solidariedade não se presume, resulta da lei ou da vontade das partes.
- d) O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- e) O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal.

08. Sobre as obrigações de fazer, assinale a alternativa correta:

- a) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta ou só por ele exequível.
- b) Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta ou por ele exequível ou ainda exequível por terceiro.
- c) Se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, este responderá apenas por perdas e danos.
- d) Se o fato puder ser executado por terceiro, não poderá o credor mandá-lo executar à custa do devedor.
- e) Na hipótese de o fato puder ser executada por terceiro, será livre ao credor mandá-lo executar a custa do devedor, mesmo não havendo recusa ou mora deste, sem prejuízo da indenização cabível.

DIREITO DO TRABALHO

09. Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:

- I. A convenção coletiva de trabalho, fonte heterônoma do Direito do Trabalho, é produto das negociações entabuladas por duas ou mais entidades sindicais representativas das

categorias profissional e econômica interessadas, e servem para estipular as condições de trabalho aplicáveis às relações individuais de trabalho, no âmbito das respectivas representações.

- II. Enumeram-se entre os princípios de Direito do Trabalho: o princípio da proteção, o princípio da absoluta irrenunciabilidade de direitos, o princípio da continuidade da relação de emprego, o princípio da primazia da realidade, o princípio da razoabilidade e o princípio da boa fé. O princípio da primazia da realidade consiste na impossibilidade jurídica de o trabalhador, voluntariamente, privar-se de uma ou mais vantagens concedidas pelo direito trabalhista, devendo prevalecer o contrato realidade.
- III. Pode-se conceituar o trabalho parassubordinado como a relação de trabalho de natureza não contínua, em que o trabalhador desenvolve atividades que não se enquadram nas necessidades organizacionais dos tomadores de seus serviços, de conformidade com as cláusulas contratuais, visando a colaborar com o empreendimento.
- IV. A relação de trabalho eventual, diferentemente da relação de emprego, não conta com o elemento permanência, embora presentes a subordinação, a onerosidade e a pessoalidade. O conceito de eventualidade, porém, é controvertido, necessitando de apoio teórico que procura fixar seus critérios objetivos, em que se destacam cinco correntes: a teoria do evento, a teoria da descontinuidade, a teoria dos fins da empresa, a teoria da utilidade e a teoria da fixação jurídica ao tomador dos serviços. A Consolidação das Leis do Trabalho adotou a teoria da utilidade.
- V. Considera-se trabalho temporário aquele prestado por pessoa física a uma empresa (tomadora de serviço ou cliente), para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços. O vínculo de emprego formado entre o trabalhador e a empresa de trabalho temporário não poderá exceder de três meses. Para a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a contratação de trabalhadores por empresa interposta é legal, desde que essa empresa esteja regularizada.
 - a) I e V estão corretas.
 - b) Somente II e III estão erradas.
 - c) Somente I e IV estão corretas.
 - d) Todas estão erradas.
 - e) Somente V está errada.

10. Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:

- I. Para a teoria especial trabalhista das nulidades, via de regra a decretação judicial da nulidade produz efeitos “ex nunc”, afetando o contrato

somente a partir de dessa decretação. A teoria, porém, conforme a situação jurídica examinada, terá aplicação restrita, por exemplo, quando envolver nulidade por incapacidade civil da parte trabalhadora – hipótese em que o contrato deve ser anulado, reconhecendo-se, porém, todos os efeitos trabalhistas já consumados. Terá, outrossim, aplicação plena, quando se tratar da tutela de bens de interesse público, a exemplo da nulidade do emprego celebrado com a Administração Pública sem prévio concurso público, caso em que o contrato deve ser anulado e negados os efeitos trabalhistas já consumados, ressalvados a contraprestação pactuada e respectivos depósitos para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

- II. Aplica-se a teoria especial trabalhista tanto aos casos de nulidade do contrato de emprego como de trabalho ilícito, em respeito ao valor-trabalho tutelado pela Constituição. Isso dá suporte teórico, por exemplo, à preservação dos efeitos trabalhistas nas relações que envolvam o trabalho em atividades que constituam infrações penais de menor potencial lesivo (ilícito criminal), tal como a exploração do “jogo do bicho”.
- III. De acordo com a previsão de sua permanência temporal, os contratos de trabalho podem ser classificados em por tempo indeterminado e por tempo determinado ou contratos a termo. Para a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado. Outrossim, o empregado que se demitir antes de complementar doze meses de serviço tem direito a férias proporcionais.
- IV. Na suspensão do contrato de trabalho o contrato continua vigente, mas as principais obrigações não são exigíveis. São casos de suspensão: suspensão disciplinar, participação em greve sem recebimento de salários e afastamento durante os primeiros quinze dias por motivo de doença.
- V. Na interrupção do contrato de trabalho o contrato continua vigente, mas as principais obrigações são exigíveis apenas em parte. São casos de interrupção: aviso prévio pago em dinheiro, participação em greve com recebimento de salários e afastamento por motivo de doença a partir do décimo quinto dia.
 - a) Todas estão erradas.
 - b) Todas estão corretas.
 - c) Somente III está correta.
 - d) IV e V estão corretas.
 - e) Somente I e II estão corretas.

11. Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:

- I. De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do prazo do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.
- II. A Constituição da República de 1988 consagra, como direito dos trabalhadores inegociável, a irredutibilidade de salário.
- III. De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, os dias de férias gozados após o período legal de concessão devem ser remunerados em dobro. A compensação de jornada de trabalho, por sua vez, deve ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva, mas o acordo individual somente será válido se não houver norma coletiva em sentido contrário.
- IV. De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, o cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número de horas efetivamente prestadas e a ele aplica-se o valor do salário-hora da época do pagamento daquelas verbas. E não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se, porém, ultrapassado esse limite, será considerada como hora extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal.
- V. De acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, o trabalho dos eletricitários exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado de receber o adicional de periculosidade de forma integral, porque a legislação específica não estabeleceu nenhuma proporcionalidade em relação ao seu pagamento. Quanto às demais funções, tem direito de receber o adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeite-se a condições de risco. No entanto, esse adicional será indevido, apenas, quando o contato se der de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, der-se por tempo extremamente reduzido.
 - a) Todas estão corretas.
 - b) Somente II está errada.
 - c) II e IV estão erradas.
 - d) Somente I, III e V estão corretas.
 - e) Todas estão erradas.

12. Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:

- I. O Direito Coletivo do Trabalho, um dos segmentos do Direito do Trabalho, possui

princípios especiais classificáveis em três grupos, o primeiro voltado para assegurar a existência da figura do ser coletivo, o segundo destinado à regência das relações entre os seres coletivos trabalhistas e o terceiro para a regência das relações entre normas coletivas negociadas e normas estatais. O princípio da autonomia sindical se insere neste último grupo.

- II. De acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, a comprovação da legitimidade "ad processum" da entidade sindical para propositura de dissídio coletivo se faz por seu registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e aos servidores públicos não foi assegurado o direito ao reconhecimento de acordos e convenções coletivos de trabalho, pelo que, por conseguinte, também não lhes é facultada a via do dissídio coletivo, à falta de previsão legal.
- III. De acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, é abusiva a greve que se realize em setores que a lei define como sendo essenciais à comunidade, se não for assegurado o atendimento básico das necessidades inadiáveis dos usuários do serviço, na forma prevista na Lei de Greve. Outrossim, compete aos Tribunais do Trabalho decidir sobre o abuso do direito de greve.
- IV. De acordo com a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, são nulas, entre outras, as cláusulas de acordo ou convenção coletiva de trabalho que estabeleçam taxa para homologação de rescisão contratual, a ser paga pela empresa a favor do sindicato profissional; que discriminem os empregados menores de dezoito anos de idade ao fixarem salário mínimo profissional para a categoria; que estabeleçam contribuição em favor de entidade sindical, a qualquer título, obrigando trabalhadores não sindicalizados, porque ofensivas ao direito de livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado; e que estabeleçam a preferência, na contratação de mão de obra, do trabalhador sindicalizado sobre os demais.
- V. A mediação ou arbitragem constitui meio de solução de conflitos através de terceiro, isto é, um agente exterior à relação conflituosa (heterocomposição).
 - a) Somente I e II estão corretas.
 - b) IV e V estão erradas.
 - c) IV está errada.
 - d) I e V estão erradas.
 - e) Todas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

13. Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:
 - I. O Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Juizes do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho são órgãos da Justiça do Trabalho. Aos Tribunais Regionais do Trabalho compete julgar os recursos ordinários interpostos nos processos de dissídio coletivo.
 - II. Compete à Justiça do Trabalho, por seu Tribunal Superior do Trabalho, julgar os mandados de segurança e os "habeas corpus" impetrados contra atos praticados por membros Tribunais Regionais do Trabalho, em matéria trabalhista.
 - III. Segundo a atual jurisprudência majoritária do Tribunal Superior do Trabalho, compete à Justiça do Trabalho dirimir dissídio individual entre trabalhador e ente público se há controvérsia acerca do vínculo empregatício, e a simples existência de lei que discipline a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, não é o bastante para deslocar a competência da Justiça do Trabalho quando se alega desvirtuamento em tal contratação, mediante a prestação de serviços à Administração para atendimento de necessidade permanente e não para acudir a situação transitória e emergencial.
 - IV. A Justiça do Trabalho não tem competência para processar e julgar ações penais, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, nem mesmo quando se tratar de crimes contra a organização do trabalho.
 - V. Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores, de acordo com a jurisprudência ao Supremo Tribunal Federal. Ainda de acordo com o mesmo tribunal, em se tratando de servidores públicos, não se insere na competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça comum, a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo, excetuadas as contratações temporárias para suprir os serviços públicos urgentes.
 - a) Somente IV está correta.
 - b) Todas estão corretas.
 - c) Somente I está errada.
 - d) Somente I e V estão erradas.
 - e) Todas estão erradas.
14. Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:
 - I. O Ministério Público do Trabalho (MPT) integra o Ministério Público da União, ao lado dos Ministérios Públicos Federal, Militar, do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público do

- Tribunal de Contratos da União. Ao MPT, incumbe entre outros, promover ação civil pública e ação civil coletiva perante a Justiça do Trabalho.
- II. Ao Ministério Público do Trabalho compete, entre outros, manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a sua presença; intervir obrigatoriamente em todos os feitos nos segundo e terceiro graus de jurisdição da Justiça do Trabalho, quando a parte for pessoa jurídica de Direito Público, Estado estrangeiro ou organismo internacional; e intervir obrigatoriamente em todos os feitos que envolvam massa falida, em curso na Justiça do Trabalho.
- III. O inquérito civil pode ser instaurado pelo Ministério Público e demais entes legitimados à propositura da ação civil pública, destinando-se à proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos.
- IV. Segundo a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o da sede do causador do dano.
- V. Consideram-se interesses ou direitos difusos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato, como exemplo, o de ingressar no serviço público mediante concurso público.
- a) Todas estão erradas.
b) Somente I e II estão erradas.
c) III está correta.
d) IV e V estão corretas.
e) IV está errada.
15. Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:
- I. Na Justiça do Trabalho, relativamente aos prazos processuais, segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, quando intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente. O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho interrompem os prazos recursais.
- II. Sobre as nulidades no processo do trabalho é correto afirmar-se que só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes. As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos. E a nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato e quando alegada por quem lhe tiver dado causa.
- III. O juiz do trabalho é obrigado a dar-se por suspeito, e pode ser recusado, por algum dos seguintes motivos, em relação à pessoa dos litigantes: inimizade pessoal, amizade íntima, parentesco por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau civil, interesse particular na causa. Será suspeito também quando amigo íntimo ou inimigo capital do advogado das partes, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho.
- IV. IV – No processo do trabalho, a prova das alegações incumbe à parte que as fizer, e de acordo com a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, acerca da prova da jornada de trabalho, constitui ônus do empregador que contar com mais de dez empregados o registro da jornada de trabalho manual, mecânico ou eletrônico. A não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário. A presunção de veracidade da jornada de trabalho, ainda que prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário. Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada indicada na petição inicial se dele não se desincumbir.
- V. A reclamação trabalhista poderá ser escrita ou verbal. Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juiz a quem for dirigida, a qualificação do reclamante e do reclamado, uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante. Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em duas vias datadas e assinadas pelo escrivão ou secretário, observados, no que couber, os mesmos requisitos da reclamação escrita. Ainda vigora em casos tais o “jus postulandi” das partes.
- a) Somente II está errada.
b) Somente IV está correta.
c) I e III estão erradas.
d) Somente V está correta.
e) Todas estão corretas.
16. Consideradas as afirmações abaixo, marque a letra que contém a resposta correta:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- I. Segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, não se aplica a alçada em ação rescisória e em mandado de segurança, e prorroga-se até o primeiro dia útil imediatamente subsequente o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expirar em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense.
 - II. Segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a antecipação da tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. A ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso. No caso da tutela antecipada (ou liminar) ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio. A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada (ou liminar).
 - III. Na execução trabalhista, por ocasião da liquidação não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal. A liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas. Elaborada a conta e tornada líquida, o Juiz é obrigado a abrir às partes prazo sucessivo de dez dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância.
 - IV. Na Justiça do Trabalho os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva. Trata-se da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias. Executam-se dessa regra, segundo a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, decisões: de Tribunal Regional do Trabalho contrárias à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; suscetíveis de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; que acolhem exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado.
 - V. Na Justiça do Trabalho, cabe agravo de instrumento, no prazo de oito dias, dos despachos que denegarem a interposição de recursos. No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
 - a) Todas estão corretas.
 - b) Somente IV está errada.
 - c) IV e V estão erradas.
 - d) III e V estão erradas.
 - e) Somente III está errada.
17. É cediço que o processo não possui natureza estritamente técnica, despido de conotações éticas, pois pelo canal de sua instrumentalidade ele recebe os influxos do clima cultural que o envolve. A instrumentalidade, como dizia CAPPELLETTI, é uma porta de entrada de valores no sistema processual. Nesta linha de argumentação, indique abaixo a proposição prescritiva que melhor retrata a premissa ética de formação da relação processual:
 - a) nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.
 - b) convencendo-se, pelas circunstâncias da causa, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim proibido por lei, o juiz proferirá sentença que obste aos objetivos das partes.
 - c) ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.
 - d) para propor ou contestar ação é necessário ter interesse e legitimidade.
 - e) todas as questões estão erradas.
 18. Aponta-se, modernamente, segundo ADA P. GRINOVER, a função política da motivação das decisões judiciais, cujos destinatários não seriam apenas as partes e o juiz competente para aferir o recurso, mas qualquer pessoa cidadão. Nestes termos, o princípio forneceria a ferramenta necessária para verificação da justiça das decisões e da imparcialidade do juiz, como instrumento hábil de exercício da democracia. Há, porém, de acordo com o artigo 459 do Código de Processo Civil, uma classe de atos judiciais que exige apenas uma motivação concisa. No caso, trata-se:
 - a) das sentenças que extinguem o processo com resolução de mérito.
 - b) dos acórdãos que substituem sentenças que acolhem a prescrição.
 - c) das sentenças que extinguem o processo sem resolução de mérito.
 - d) das decisões que antecipam os efeitos da tutela, sujeitas a agravo.
 - e) todas estão incorretas.
 19. Reza o Código de Processo Civil que quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada. Nestes termos, o procedimento legal a ser observado é o seguinte:

- a) se o réu apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.
- b) se não houver recurso, é facultado ao juiz determinar o prosseguir da ação.
- c) se houver recurso de ambas as partes, o juiz poderá, em 10 (dez) dias, reformar a sentença e extinguir o processo por perda de objeto.
- d) se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de 5 (cinco) dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.
- e) apenas “a” e “d” estão corretas.

20. Sobre a eficácia preclusiva da coisa julgada material é correto assinalar:

- a) é defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- b) a sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas.
- c) passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.
- d) a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros.
- e) todas estão corretas.

